



A língua mais usada na costa do Brasil: uma análise historiográfica e ecolinguística do título da gramática de Anchieta (1595)

The Most Widely Used Language on the Coast of Brazil: A Historiographical and Ecolinguistic Analysis of the Title of Anchieta's Grammar (1595)

Leonardo Ferreira Kaltner¹

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Melyssa Cardozo Silva dos Santos²

Universidade Federal Fluminense

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O artigo tem por tema o texto *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de autoria do missionário jesuíta José de Anchieta (1534-1597), um texto que é considerado a primeira gramática do Brasil, por marcar a chegada da metalinguagem ocidental ao território. O objetivo do artigo é analisar o título da gramática a partir de uma leitura teórica interdisciplinar entre a Historiografia Linguística e a Ecolinguística. Para essa leitura teórica interdisciplinar, empregaremos o conceito de Ecossistema Fundamental da Língua (EFL) na interpretação do título da obra, além de uma análise dos conceitos do título em relação à escolástica, ainda muito influente no contexto de Anchieta. O título da gramática de Anchieta é inovador em relação às gramáticas que estavam em seu horizonte de retrospecção e a interpretação dos sentidos históricos que o título apresenta pode nos revelar muito sobre as ideias linguísticas do missionário jesuíta.

PALAVRAS-CHAVE:

Anchieta. Gramaticografia. Humanismo renascentista. Historiografia Linguística.

Recebido em: 27/01/2025

Aceito em: 18/09/2025

ABSTRACT

The article focuses on the text *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), authored by the Jesuit missionary José de Anchieta (1534–1597), a work considered the first grammar of Brazil for marking the arrival of Western metalinguistic thought to the territory. The aim of the article is to analyze the title of the grammar through an interdisciplinary theoretical approach that combines Linguistic Historiography and Ecolinguistics. For this interdisciplinary reading, the concept of the Fundamental Ecosystem of Language (FEL) will be employed in interpreting the title, alongside an analysis of the title's concepts in relation to Scholasticism, which was still highly influential in Anchieta's context. Anchieta's grammar title is innovative compared to the grammars within its retrospective horizon, and interpreting the historical meanings embedded in the title can offer significant insights into the linguistic ideas of the Jesuit missionary.

KEYWORDS:

Anchieta. Grammaticography. Renaissance humanism. Linguistics Historiography.

¹ E-mail: leonardokaltner@id.uff.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

² E-mail: melyssacssantos@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

1. Introdução

A Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (Anchieta, 1990 [1595]) é a pedra angular da gramaticografia brasileira, isto é, trata-se do primeiro texto grammatical escrito no território, registrando a chegada da metalinguagem ocidental ao Brasil ainda no século XVI, no contexto de uma colonização linguística e no período em que predominou o pensamento linguístico de missionários europeus, que atuaram como gramáticos e lexicógrafos (Cavaliere, 2022; Kaltner, 2023). Como texto inaugural de uma tradição discursiva quinhentista, que foi contínua ao longo dos séculos seguintes pelo emprego da metalinguagem ocidental na gramatização das línguas e na adoção de um sistema de escrita de base latina, a obra grammatical do missionário jesuíta José de Anchieta (1534-1597) é um registro documental singular, que tem sido objeto de análise de diversas abordagens teóricas ao longo do século XX, mas merece uma abordagem específica nos domínios dos Estudos de Linguagem do século XXI.

No artigo, propomos uma leitura interdisciplinar da gramática de Anchieta pautada pela disciplina de Historiografia Linguística (HL) e pela teoria ecolinguística, conforme os princípios koernianos de análise: contextualização, imanência e adequação teórica, e pela análise do pensamento linguístico (*linguistic thought*) do missionário jesuíta (Koerner, 2014; Swiggers, 2019). Nosso objeto de reflexões será uma interpretação do título da gramática, já na fase hermenêutica (Swiggers, 2019) da pesquisa historiográfica, em que buscamos averiguar a hipótese de o título da obra retomar aspectos do “embate de teorias” (Swiggers, 2019) entre escolásticos e humanistas do contexto da Europa quinhentista, uma das chaves de interpretação de seu texto grammatical. Dessa forma, nosso objetivo é propor uma reconstituição historiográfica do “ideário linguístico” (Swiggers, 2019) do pensamento do missionário jesuíta.

A gramática de Anchieta, por sua posição canônica como um dos textos fundadores de uma tradição metalinguística no Brasil, foi analisada sob diversas perspectivas e prismas teóricos, até ser categorizada por Otto Zwartjes (2011) em um grupo maior de gramáticas generalizadas sob o rótulo de “gramáticas missionárias” (*missionary grammars*). Existe, segundo a descrição de Zwartjes (2011), um certo padrão paradigmático nas “gramáticas missionárias” que englobam um *corpus* mais amplo de textos gramaticais escritos sobre línguas extraeuropeias por missionários europeus entre os séculos XVI e XVIII, em diversos pontos do globo, da América Latina à Ásia, com notável presença de missionários franciscanos e jesuítas como autores dessas obras gramaticais. Essas gramáticas missionárias estavam vinculadas ao processo de missão religiosa, pela

expansão mercantil e econômica dos reinos europeus, a colonização iniciada no século XVI, e apresentam como característica imanente a descrição de uma língua particular para o emprego na doutrinação religiosa, além de se vincularem ao modelo de gramáticas latinas estendidas, conforme a teorização de Auroux (1992), isto é, eram gramáticas vinculadas a um modelo grammatical latino.

O contexto intelectual em que Anchieta teve a sua educação linguística e produziu a sua gramática foi marcado pelo Renascimento na Europa quinhentista, e mais especificamente, sua obra vincula-se ao contexto de fundação do Colégio das Artes de Coimbra, no reino de Portugal sob a regência de D. João III (1502-1557, reinou entre 1521 e 1557). Esse contexto foi marcado por um embate de teorias entre dois grupos bem distintos, os escolásticos e os humanistas, que se diferenciavam em seu padrão educacional, e mesmo nos modelos de gramática para estudo do latim, diferenciadas em “arte velha” e “arte nova” (Tannus, 2007). Esse embate de teorias se deu pelo fato de os escolásticos, em sua maioria teólogos de ordens religiosas, preferirem materiais didáticos de tendência medieval, que eram pautados em Portugal no estudo da dialética, ou da lógica, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano (1215-1277) e mesmo a *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino (1225-1274), as gramáticas modistas e o próprio pensamento aristotélico-tomista, as obras gramaticais de Pastrana, enquanto os humanistas empregavam textos gramaticais renascentistas, como as *Introductiones Latinae* de Nebrija (1442-1522), as obras de Clenardo (1495-1542) e os métodos de ensino de latim do contexto itálico e francês da Renascença, pautados na emulação de autores latinos como Cícero (106-43 AEC) e Quintiliano (35-95).

Uma obra que reflete esse embate de teorias em Portugal é a gramática de Estevão Cavaleiro (fl. Séc. XVI), representante da “arte nova” e muito crítica à obra grammatical de Pastrana, que representaria a “arte velha”: “Dessas querelas gramaticais entre os seguidores de Pastrana e os de, por exemplo, Nebrija, representando respectivamente os partidários da Arte Velha e da Arte Nova temos notícia através das *Actas da Universidade de Lisboa*” (Tannus, 2007, p. 17). Segundo Bagno (2023), esse contexto de embate de teorias era derivado de uma profunda crítica às gramáticas medievais dos “*modistae*” (modistas), que trabalhavam os “*modi significandi*” (modos de significar) por uma sofisticada análise lógica da relação entre a linguagem e as coisas em uma perspectiva filosófico-teológica, com uma terminologia própria muito complexa. Essa crítica à terminologia da lógica medieval foi iniciada por um humanista itálico, Lorenzo Valla (1407-1557), autor das *Elegantiae linguae latinae* (A elegância da língua latina), de 1471, mas continuada por

outros humanistas:

Muitos gramáticos renascentistas se empenharam em combater com fortes argumentos a tradição linguística medieval, sobretudo a escola dos *modistas* (grifo do autor). Para eles o estudo do latim deveria se concentrar no *usus* (no uso dos grandes autores) e não na *ratio* (a lógica). Já na obra de Valla essa hostilidade se exibia, mas foi no tratado *De causis linguae Latinae* (1540) de Julius Caesar Scaliger (Giulio Cesare della Scala, italiano que passou grande parte da vida na França: 1484-1558) que essa crítica tomou corpo de forma mais sistemática (Bagno, 2023, p. 164).

Anchieta como um missionário jesuíta do século XVI testemunhou esse embate de teorias e participou de um movimento de reforma católica do pensamento no contexto quinhentista do Concílio de Trento (1545-1563), o que, de certa forma, foi também um movimento conciliatório entre a tradição dos escolásticos e a inovação dos humanistas. Dessa forma, em seu texto *gramatical* não se encontra apenas uma referência às gramáticas latinas humanísticas, mas também aos fundamentos da dialética e da lógica no molde aristotélico-tomista, o que faz com que a sua teoria linguística possa oscilar entre ambas as correntes de pensamento, como procuraremos demonstrar. O título de sua gramática apresenta o conceito de “*usus*” (uso) quando se refere à língua “mais usada” da costa do Brasil, evidenciando uma moderada filiação teórica no embate entre *ratio* e *usus*.

A interpretação de seu pensamento linguístico é uma tarefa historiográfica que requer o emprego de um método interdisciplinar e crítico que busque resgatar os pormenores no sentido de sua obra *gramatical*, nesse sentido se justifica também o emprego da teoria ecolinguística, já proposto por Swiggers (2019) como complemento à HL, para se compreender a relação entre o locativo “na costa do Brasil”, os povos indígenas e o território em que a gramática foi escrita, o que será o tema da próxima seção do artigo. Selecionei o título da gramática, tendo em vista ser esse o primeiro elemento do texto que requer atenção para se perceber uma teoria linguística criada pelo missionário jesuíta de forma inovadora no Brasil do século XVI, mas que era sustentada por uma visão teórica comum à gramatização dos vernáculos europeus, como uma gramática latina estendida (Auroux, 1992), apoiada na tradição metalinguística ocidental.

2. Análise ecolinguística do título da gramática: Anchieta e a costa do Brasil

Swiggers (2019, p. 51) teoriza que a análise ecolinguística pelo “contexto (eco)linguístico” é um dos métodos de investigação interdisciplinar para se compreender o pensamento linguístico de certos autores e obras textuais, o que pode ser aplicado também à gramática de Anchieta. A teoria

ecolinguística tem por base as interações entre língua e meio ambiente, e mais recentemente houve a sistematização desse padrão na formulação teórica do Ecossistema Fundamental da Língua (EFL) (Couto, 2007, p. 89-108), em que se articulam três conceitos interdependentes para a interação na perspectiva ecolinguística: o povo, a língua e o território.

Couto (2007) teoriza essas interações ecossistêmicas:

[...] a ideia de que a língua faz parte de uma imensa teia de relações, vale dizer, um imenso ecossistema, constituído pelo tripé língua (L), população (P) e território (T). Para que exista L, é preciso que pré-exista um T em que P viva e conviva. Essa convivência faz emergir a necessidade de interação entre os diversos membros de P, o que acaba levando à emergência de L (Couto, 2007, p. 87).

O território aqui é compreendido como o meio ambiente natural que permite a interação humana, esta, por sua vez, que é constituída em sociedades, o povo, enquanto a língua é o instrumento principal de comunicação desse povo, ou de sua interação pela fala. Como há três conceitos-chave nessa descrição teórica de um ecossistema, há a pressuposição também de três ambientes que se formam: um meio ambiente mental, da fala e do indivíduo, um meio ambiente social, do povo, e um meio ambiente natural, do território. Essa perspectiva teórica busca valorizar o meio ambiente natural, o território, como um elemento de influência das línguas mais do que um mero suporte para as sociedades humanas. As línguas, portanto, passam por um processo de territorialização e desterritorialização contínuo, com a movimentação de povos ao longo do processo histórico em territórios diversos.

Nossa hipótese interpretativa é de que o título da gramática de Anchieta se refere a esses três ambientes, o mental, o social e o natural de modo gradativo, por formulações com conjuntos de termos em uma construção teórica quinhentista, para se configurar como um “saber linguístico” (Auroux, 1992, p. 21), na gramatização da língua tupinambá por um missionário europeu. A gramática de Anchieta está vinculada a um ecossistema linguístico, compreendendo-se o ecossistema como: “as relações entre os seres vivos (vegetais, microrganismos e animais) e o meio ambiente em que vivem” (Couto, 2007, p. 89). Assim, podemos decompor o título em três formulações, que vai de “Arte de gramática da língua mais usada na Costa do Brasil” para os grupos de conceitos: “arte de gramática”, “língua mais usada” e “costa do Brasil”.

A primeira formulação: “arte de gramática” diz respeito ao meio ambiente mental, ao indivíduo, que é o próprio gramático, como um intérprete europeu da língua indígena, que domina uma tecnologia de gramatização específica, e faz uma “transferência tecnológica” (Auroux, 1992, p

21) do seu conhecimento gramatical de base latina para compreender a língua do povo tupinambá. Para chegarmos a essa hipótese, devemos desenvolver o questionamento do que era compreendido por “arte de gramática” no contexto intelectual de Anchieta, o seu “clima de opinião”, na conceituação koerniana (Koerner, 2014).

Como um termo filosófico derivado da tradição de pensamento grega, o conceito de gramática foi traduzido por João de Barros em sua *Gramática da língua portuguesa* (Barros, 1540, fol. 2r), como “ciência de leteras” (ciência de letras), gramática era considerada, portanto, uma *scientia*, um saber sistematizado. A questão filosófica que vincula a ciência ao indivíduo é metafísica e foi problematizada por Aristóteles (384-322 AEC), com um pensamento muito simples, de que a ciência é algo internalizado, sediado em um ser humano racional, não é, pois, um objeto do mundo físico, ou externo, mas uma representação simbólica das coisas e do mundo exterior. O pensamento filosófico aristotélico foi muito influente no contexto ocidental e Bagno (2023) sintetiza como o filósofo grego antigo conceituou a relação das palavras com as coisas, formando os símbolos como um dado interno à consciência humana, que era rotulada então como “alma” (*psykhē*) na tradição medieval e renascentista ocidental:

Para o filósofo grego, as coisas que estão no mundo (*prágma*) são objetivamente idênticas para todos os seres humanos e causam as mesmas impressões na alma (*pathémata tês psykhēs*) de cada ser humano, gerando um conceito (*nóema*), que também é o mesmo para todos. No entanto, a expressão desses estados de alma através de um signo (*semeîon*) ou nome (*ónoma*) se faz por meio de uma convenção, não-natural, que gera o *símbolo*, diferente para os diferentes seres humanos (Bagno, 2023, p. 80)

Podemos compreender que a “arte de gramática” como ciência para Anchieta refletia um conhecimento interno e individual, que estava sediado em um meio ambiente mental, a “alma” em sua visão de mundo, que era a sede de todas as outras ciências renascentistas. O conceito de gramática, nesse caso, refletia mais a sua experiência individual como um falante da língua tupinambá e convedor da gramática latina do que uma descrição linguística em termos contemporâneos, logo não era uma descrição geral e ampla da língua, mas um registro da sua competência específica no uso dessa língua como intérprete. A formulação de “arte de gramática” representa o meio ambiente mental de sua técnica comunicativa, como empregava a língua, de modo particular, nas interações com os povos originários.

Já a segunda formulação, a “língua mais usada” pressupõe um povo, que é um meio ambiente social, ou seja, um dado externo, mas ainda vinculado ao ser humano. A denominação de povo tupinambá, que empregamos, deriva inicialmente dos cronistas franceses do século XVI,

que reconheceram uma unidade cultural e linguística a partir da experiência extrativa da coleta de pau-brasil em pontos diferentes da costa do território. Mais recentemente, no contexto intelectual dos Estudos de Linguagem contemporâneos no Brasil, o linguista Aryon Rodrigues (1925-2014), em sua célebre obra *Línguas Brasileiras* (Rodrigues, 1986), teoriza a língua indígena antiga que Anchieta descreveu como a língua tupinambá, e o povo que a falava como o povo tupinambá, que era dividido em diversas comunidades de fala autônomas, como os potiguares, os tamoios, tabajaras, caetés, tupiniquins, tupinaés e temiminós, entre outros. A língua tupinambá foi categorizada, historicamente, como uma língua da família tupi-guarani, mas não era a única família linguística dos povos originários do Brasil quinhentista.

Aryon Rodrigues (1986) refere-se a essa construção teórica de reconhecimento da língua tupinambá no processo de gramatização da língua, em que ela adquire *status* de língua oficial no contexto de colonização após passar a ser empregada nas atividades de missionários na colônia, quando ganhou a rotulagem de língua brasílica, no século XVII. Anchieta quando rotulou a língua como “a mais usada” já havia percebido e registrado esse processo de busca por uma língua vernácula que seria a base de comunicação na colônia. Vejamos a descrição do linguista e tupinólogo, que comenta o fato de não ser empregado no Brasil do século XVI o termo “língua geral” para a língua tupinambá:

A língua dos índios Tupinambá, que no século XVI era falada sobre enorme extensão, ao longo da costa atlântica (do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste), não teve consagrada a designação de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização. O padre Anchieta intitulou sua gramática, a primeira que dela se fez (publicada em 1595), “Arte de gramática da língua mais usada na Costa do Brasil”. Outros autores referiram-se a ela como a “língua do Brasil”, a “língua da terra” (isto é, desta terra, da terra do Brasil), a “língua do mar” (isto é, a língua falada na costa, junto ao mar). Mas o nome cujo uso se firmou, sobretudo ao longo do século XVII, foi o de “Língua Brasílica”. Assim, o catecismo publicado em 1618 chamou-se “Catecismo na Língua Brasílica”; a segunda gramática, feita pelo padre Luís Figueira e cuja primeira impressão é de 1621, foi a “Arte da Língua Brasílica”; o dicionário dos jesuítas, cujo manuscrito melhor conhecido é do mesmo ano de 1621, traz o nome de “Vocabulário na Língua Brasílica”, e assim por diante (Rodrigues, 1986, p. 99-100).

Os povos indígenas falantes de uma língua da família tupi-guarani, como os que empregavam a língua tupinambá, a língua tupi, a língua guarani, a língua carijó, possuíam um termo pejorativo para os povos indígenas que falavam línguas diversas, era o termo “tapuia”, traduzido pelos missionários muitas vezes como “bárbaro” (*barbarus*), estando nesse grupo os povos indígenas tremembé, goitacás e os charruas, no século XVI. A percepção de uma língua “mais usada”, nesse sentido, marcou também uma imposição da língua tupinambá gramatizada

pelos missionários aos outros grupos indígenas, servindo a língua gramatizada como instrumento de assimilação cultural em um contexto indígena em que a língua portuguesa era, particularmente, minoritária ainda. Note-se que o colonialismo se pautou também em uma política escravista, e que muitos povos indígenas foram dizimados no avanço do projeto colonial e escravizados nas lavouras de cana-de-açúcar que marcaram as atividades econômicas desse período histórico, após se sucederem às atividades iniciais de extração de pau-brasil. A extração de pau-brasil não era pautada no escravismo indígena, e havia se iniciado desde o início do século XVI, já as atividades de plantio de cana-de-açúcar se iniciaram após o regime de capitâncias hereditárias, em 1534 (Bueno, 2019), a língua brasílica emergiu, portanto, dessas atividades na colônia.

Essa língua considerada a mais usada seria eleita pelos colonizadores como uma língua franca no território do Brasil com a expansão do projeto colonial em direção aos sertões no século XVII, com um *status* de oficialidade perante as outras línguas indígenas encontradas. Sua predominância e hegemonia marcava a língua portuguesa como uma língua minoritária nesse contexto histórico, o que é um fato linguístico e histórico de difícil percepção para os linguistas contemporâneos, que veem as línguas indígenas atualmente como minoritárias. A língua mais usada para Anchieta significava também demograficamente o povo mais numeroso, em que se percebia uma unidade cultural e identitária. Anchieta não cita o termo tupinambá para descrever esse povo, ou a língua, mas é o conceito mais aproximado para descrevê-la de acordo com o pensamento indígena registrado da época.

A terceira formulação no título da gramática, a “costa do Brasil”, é formada por dois termos, a costa, isto é, o litoral do território, acessível pela navegação, e o Brasil, isto é, um termo referente à espécie vegetal pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), já o povo residente no território da planta também foi referenciado como os “brasis”, pelos primeiros cronistas. Nesse sentido, o termo Brasil é referido de forma ambígua, representando, pois, tanto a planta quanto o território conhecido. Esse fator de uma interação entre ser humano e ser vegetal para a designação do território é uma interação ecolinguística, era o que tornava o território visível e integrado ao mapa das navegações e expedições de exploração colonial do período do Renascimento, o pau-brasil era uma riqueza natural integrada a uma visão de mundo ocidental anteriormente estabelecida, que criava uma rota marítima mercantil, a rota do pau-brasil, mais que uma mera espécie vegetal, uma mercadoria rentável à época, ou uma especiaria.

Assim, a costa do pau-brasil era a costa em que se extraía pau-brasil para envio à Europa, como especiaria, e lá vivia o povo tupinambá, que fazia a extração dessa mercadoria em trocas

comerciais por escambo. Essa atividade mercantil perdurou por todo o século XVI e Anchieta era convededor dessa realidade, assim como dos engenhos de açúcar. Ao referir-se a costa do Brasil, Anchieta delimita, de norte a sul, quais comunidades indígenas são as fronteiras dessa costa, os potiguares da capitania da Paraíba e os tamoios da capitania do Rio de Janeiro: “Por que des dos Pitiguáres do Paraíba atê os Tamôyos do Rio de Janeiro pronuncião inteiros os verbos acabados em consoante, vt *Apâb, Acêm, Apên, Ajur*” (Anchieta, 1595, fol. 1v). A atividade de extração de pau-brasil teria essa fronteira política, sendo delimitada desse modo. Havia, porém, outra costa, além da costa do Brasil, mais ao sul, que era a “costa do ouro e da prata” (Bueno, 2019, p. 17-18), que ia da capitania de São Vicente até o Rio da Prata, território em que habitava o povo tupi, que empregava uma língua próxima a língua tupinambá, com uma leve variação descrita pelo missionário jesuíta: “Os Tupís de fam Vicente, que fão alem dos Tamoyos do Rio de Ianeiro, nunqua pronunciado vltima consoante no verbo affirmatiuo” (Anchieta, 1595, fol. 1v). A costa do ouro e da prata era a região que dava acesso ao território do império Inca, que foi colonizado pelos espanhóis, nesse território não havia a extração de pau-brasil, e as atividades mercantis eram voltadas quase que exclusivamente ao escravismo indígena.

A costa do Brasil é o meio ambiente natural relacionado à gramática de Anchieta, na perspectiva da teoria ecolinguística. Essa vinculação da língua brasílica ao território do Brasil, pela gramatização, é o que institucionaliza a oficialização da língua no território e estabelece um domínio definitivo sobre os povos da colônia ultramarina, que se tornou uma entidade administrativa do reino de Portugal no século XVI. O termo Brasil, que predominou na nomeação do território, incorporou diversos sentidos posteriormente, para além da espécie vegetal e da língua empregada em sua extração. Sua origem histórica, etimologicamente, está vinculada à cor vermelha do pau-brasil e à tintura extraída pelos europeus que o empregavam para tingir tecidos, uma árvore que devido à sua exploração contínua está em ritmo de extinção, o mesmo destino dos povos e das indígenas, atualmente minoritários, devido às violências contínuas e sistemáticas na formação do Brasil, em um colonialismo ainda persistente.

3. Conclusão: uma análise ecolinguística de um documento linguístico jesuítico, e depois?

Buscamos, com nossa interpretação historiográfica e ecolinguística dos sentidos históricos do título do texto gramatical *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, reconstituir o ideário linguístico do documento textual e histórico, que apresenta singularidades conceituais por se tratar de um texto de uma realidade linguística que não era o padrão europeu e

ocidental das gramáticas renascentistas. O fato de ter sido um texto grammatical elaborado por um missionário jesuíta sobre uma língua indígena no século XVI torna o objeto de estudos complexo, com diversos níveis de interpretação discursiva para se compreender os sentidos do texto em nosso contexto contemporâneo. Nosso trabalho interpretativo busca aproximar o texto dos Estudos de Linguagem contemporâneos e das reflexões sociais sobre as questões que estão imbricadas no próprio documento histórico, como as questões ambientais e a sua relação com os povos e as línguas indígenas.

Como um documento quinhentista escrito por um missionário jesuíta, há uma vinculação do texto grammatical com a teologia quinhentista, sobretudo aquela vinculada ao Concílio de Trento, no contexto em que Anchieta viveu, em que houve uma reflexão sobre o papel das línguas vernáculas na doutrinação cristã, o que motivou a gramatização da língua tupinambá, como vimos. Essa concepção teológica quinhentista foi sucedida por diversos outros documentos teológicos e eclesiásticos, mas mais recentemente, o tema da relação da doutrina cristã e o meio ambiente foi retomada em uma perspectiva contemporânea na *Carta Encíclica Laudato Si’ – sobre o cuidado da casa comum*, do Papa Francisco (2022), que debate, entre diversos temas, os direitos dos povos originários que foram tratados de forma cruel e violenta no processo de colonização das Américas, assim como do meio ambiente natural que foi degradado por uma ação humana irresponsável e mercantilista. Afirma o documento que o próprio desequilíbrio climático é fonte de violências, abusos, contra todos os seres vivos e seres humanos: “Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la” (Papa Francisco, 2022, p. 3).

Em um contexto contemporâneo de mudanças climáticas profundas e de desequilíbrio no meio ambiente natural, a reflexão historiográfica é um meio de percebermos que já houve um equilíbrio natural entre os povos e os seus territórios, mas que ações humanas tomadas como racionais, em certos momentos históricos, como a colonização, levaram a um desequilíbrio de ecossistemas, resultando no desaparecimento de povos, costumes, modos de vida e mesmo de línguas, como no caso das línguas indígenas do Brasil. O termo Brasil que designa nosso território carrega em si um sentido histórico velado, de uma interação entre povos de um modo assimétrico, propiciada pela colonização do território iniciada no século XVI, que só podemos conhecer atualmente através dos documentos históricos. Procuramos demonstrar que Anchieta, que vivenciou essa experiência em seus mais diversos matizes, escreveu uma gramática sobre o ser humano de sua época, a sociedade e o território do Brasil do século XVI, o que nos ajuda a refletir sobre o ecossistema do Brasil do século XXI em que atualmente vivemos.

Referências

- ANCHIETA, J. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Apresentação Dr. Carlos Drummond e aditamentos de Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1990 [1595].
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi Puccinelli. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.
- BAGNO, M. *Uma história da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.
- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540.
- BUENO, E. *Capitães do Brasil. A saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- CAVALIERE, R.S. *História da gramática no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- COUTO, H. H. *Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.
- KALTNER, L. Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540), *Revista Linguística*, v. 19, n. 1, 2023. DOI:. <https://doi.org/10.31513/linguistica.2023.v19n1a57190> Disponível em; <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/57190/40158>
- KOERNER, K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si' – sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2022.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, R. et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.
- TANNUS, Carlos A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal, *Revista Calíope*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 16, p.13-31, 2007.
- ZWARTJES, O. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.